



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -
COGEN

ATA DE REUNIÃO	
Membros presentes:	Mário Soares Caymmi Gomes - Juiz de Direito (Presidente) Ângela Bacellar Batista – Juíza de Direito Leonardo Rullian Custódio – Juiz de Direito Laura Scalldaferri Pessoa – Juíza de Direito Angélica Matos – Juíza de Direito Andrea Paula Miranda – Juíza de Direito representante da CGJ Celeste Oliveira - Servidora Marcelo Amaral da Silveira – Servidor (Secretário) Márcia Batista da Silva - Servidora Liz Oliveira Souza – Servidora representante da SEJUD

Data: 29/07/2021	Início: 14h45	Fim: 16h54	Local: Sala de reunião virtual (<i>Lifesize</i>)
-------------------------	----------------------	-------------------	---

EVENTO	ITEM	PONTOS DISCUTIDOS
8ª Reunião da COGEN	1	Finalização da aprovação de nosso Regimento Interno
	2	Conversa com a servidora do STJ Victoria Moreno, mulher trans e membro do Comitê Socioambiental

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aberta a reunião, realizada por videoconferência, foi registrada a presença dos membros efetivos da COGEN acima citados. Os Servidores Robson Gama e Sara Teles, a Juíza de Direito Liz Rezende de Andrade, e o Doutor Daniel Soeiro apresentaram justificativa para sua ausência. Os demais membros ausentes não apresentaram justificativa, até o início da assentada.

Aberta a palavra aos membros presentes à assentada, não houve impugnações à Ata da 7ª Reunião Ordinária da COGEN, a qual restou aprovada, à unanimidade.

1. Finalização da aprovação de nosso Regimento Interno;

Inicialmente, em questão de ordem, verificou-se a legitimidade do *quorum* de membros presentes para a aprovação do Regimento Interno, tendo em vista que, dos 17 componentes, 10 se faziam presentes à assentada – preenchendo, portanto, o requisito da maioria absoluta.

Iniciadas as deliberações, os artigos 1º a 15 já se encontravam aprovados desde a 7ª Reunião Ordinária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -
COGEN

Quanto aos Artigos 16 a 19, acresceu-se, ao Artigo 18, a remissão à ressalva feita pelo Artigo 26, acerca da exclusão do membro faltoso do cômputo relativo ao *quorum*. As demais disposições foram aprovadas sem alterações.

Quanto ao Artigo 20, retiraram-se as redundâncias e contradições da redação original, bem como melhor se delimitou as atribuições dos membros e do Presidente, tendo sido aprovada a redação obtida após tais modificações.

Quanto ao Artigo 21, decidiu-se substituir a expressão “Recomendações” por “Proposições”, acatando-se a sugestão da Doutora Andrea Miranda. No mais, aprimorou-se a redação do *caput* e de seus parágrafos, tornando-os mais claros, tendo sido aprovada a redação obtida após tais modificações.

Quanto aos Artigos 22 a 24, decidiu-se pela ampliação das possibilidades de Moções, optando-se pelo uso genérico do termo, tendo sido aprovada a redação obtida após tais modificações.

Quanto aos Artigos 25 a 29, aprimorou-se a redação e coerência sistemática dos artigos, conectando-os ao Artigo 18, tendo sido aprovada a redação obtida após tais modificações.

Por fim, quanto ao Artigo 30, foi aprovado sem alterações.

Ao final, debateu-se a possibilidade de adoção da terminologia “Regulamento Interno”, ao invés de “Regimento Interno”. Findo os debates, optou-se pela manutenção da expressão “Regimento Interno”.

Não havendo novas objeções, restou aprovado o Regimento Interno da COGEN.

2. Conversa com a servidora do STJ Victória Moreno, mulher trans e membro do Comitê Socioambiental;

A seguir, o Presidente da COGEN, Doutor Mário Caymmi apresentou a convidada Victória Moreno, servidora do STJ, mulher trans e membro do Comitê Socioambiental.

Em sua fala inicial, Doutor Mário Caymmi ponderou acerca da necessidade de se transporem, para a vida cotidiana, por meios de medidas práticas e efetivas, as medidas administrativas e jurídicas que vêm sendo criadas, com vistas à inserção social e combate à discriminação às pessoas transgênero. Segundo afirmou, o Poder Judiciário pode e deve ser protagonista na implementação prática destas ações afirmativas, dentro de seu âmbito de atual, como instância que é de referência ao respeito aos direitos constitucionalmente reconhecidos a todos os brasileiros. A presença da Servidora do STJ Victória Moreno teria exatamente a função de apresentar aos demais membros desta Comissão, através deste exemplo de vida, a importância transformadora deste tipo de atuação concreta.

Em um depoimento tocante e sincero, a Servidora do STJ Victória Moreno narrou sua história de vida desde a infância, marcada pelo isolamento involuntário e constante, e permeada pelo medo do que poderiam fazer com ela, pela culpa de sentir algo imposto a ela como um erro de responsabilidade sua, e pela vergonha resultante do constante constrangimento a que ela era submetida por sua individualidade fora do padrão social coercitivamente imposto como único válido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -
COGEN

Particularmente importante foi o relato de como a solidão de uma pessoa transgênero é profunda, pois, como dito por ela, geralmente o integrante de um grupo perseguido por intolerância costuma encontrar refúgio pelo menos diante dos seus, no seio familiar. Contudo, a intolerância e ignorância acerca da transexualidade afeta a própria família dessa pessoa, fazendo com que a violência física e psicológica nunca cesse, em nenhum espaço, tornando-a inesgotável. Como lembrado por ela, nesse desamparo profundo reside a maior causa dos terríveis números que acompanham, em regra a vida de uma pessoa transgênero (fuga às drogas, à prostituição, fragilidade diante de doenças psicológicas, como a depressão – a qual, no caso da transexualidade, desemboca em um percentual altíssimo de tentativas de autodestruição). Marcante o seu questionamento acerca de um tema aceito como bandeira para a esmagadora maioria da população, mas nunca pensado a fundo: a proteção das crianças. Seu questionamento foi: “que proteção é essa? Ninguém me protegeu. Nem minha família. Fui humilhada, agredida, violentada, e ninguém me protegeu. Estive sozinha, criança, para lidar com tudo isso”.

Como resultado, foi narradas as suas experiências pessoais, e as consequências do desprezo e solidão a ela impostos socialmente por viver a sua individualidade de expressão humana, como vários episódios de desespero, desamparo e violência, cometidos por outros e por ela mesma contra si, por conta de toda a dor que o preconceito a submeteu, constantemente, desde muito nova. Marcou esse relato de vida as ponderações que ela mesmo fez, acerca de como a vida dela teria sido diferente, se ela simplesmente tivesse sido amparada, na juventude, pelas pessoas ao seu redor. Também o anseio que as pessoas que vivem esse preconceito têm por apenas serem aceitas, e a diferença que experimentar essa sensação de serem aceitas faz na percepção que elas têm da vida, e da felicidade.

Analisando sua vida em perspectiva, por ela foi feita a ponderação de que “a minha vida foi de limitações. A sociedade não permite que a gente tenha infância, não permite que a gente exista. Não permite que a gente tenha educação. Não permite que a gente tenha segurança. Não permite que a gente tenha trabalho, previdência, vida, assistência social, nada”. Relata que, além destes mecanismos de exclusão, quando por alguma razão conseguia-se romper a barreira do ingresso, dentro dos ambientes sociais existiam novas mecanismos, voltados a excluí-la de lá, pois não a queriam ali.

Afirma que sua maior dificuldade sempre foi livrar-se da sensação de que a culpa era dela, de que ela é quem estava fazendo tudo errado. Ao mesmo tempo, narrou como a decisão de estudar para concurso foi transformadora dessa mentalidade, lembrou o quanto o estudo lhe devolver a capacidade de sonhar novamente, de ter planos, metas, de acreditar na felicidade. Antes dessa mudança, ela não conseguia sonhar com nada mais longe do que o dia que estava vivendo.

Inclusive, ao ponderar acerca do diagnóstico de déficit de concentração obtido durante essa fase de estudos, lembrou acerca das pesquisas relacionadas ao chamado “estresse de minoria”, ao qual grupos de expressão minoritária na sociedade estão submetidos, e afirmou: “é claro que eu teria alguma coisa”. Relembrou que das minorias hoje reconhecidas as pessoas transgênero são as que vem sofrendo o estresse mais intenso, por todo o isolamento, não só social, como também e especialmente familiar, a que estão constante sujeitas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -
COGEN

Uma vez aprovada para o serviço público no STJ, narra o quanto a acolhida que lá recebeu afetou positivamente sua autoestima, sendo, por exemplo, a servidora eleita por seus colegas para compor uma Comissão de Direitos Humanos, sendo preferida inclusive entre pessoas muito mais qualificadas em seus currículos do que ela. Sobre o trabalho nessa Comissão, fez questão de destacar sua missão, pois, segundo suas palavras, “isso tem que acabar. A gente tem que olhar todas as pessoas como humanos, e não como seres de segunda categoria”. Comemorou o fato de que lá, todas as suas aspirações de mudança, que sempre a acompanharam, foram finalmente ouvidas. Não porque ela não tivesse tentado antes, mas porque simplesmente não era ouvida. Comemorou a lembrança de sensação que ela teve, de que “pela primeira vez, as pessoas me ouviram. Elas me ouviram! Eu não só estou podendo falar, eu estou sendo ouvida”. Lembrou com alegria perceber que, trabalhando no Tribunal da Cidadania, ela finalmente se sentiu cidadã. Afirma nunca ter se sentido tão bem consigo mesma e com sua vida, quanto agora.

Relembrando esses sentimentos, falou de sua vontade de ver outras pessoas como ela ocupando esses espaços destinados ao exercício da cidadania e da dignidade humana. Afirmou a importância de se criar esse espaço de liberdade, no qual as pessoas possam assumir sem receio sua orientação sexual – porque a repressão dessa expressão, é, em verdade, a repressão do seu próprio ser. E aquele que reprime o ser próprio jamais vai conseguir desenvolver toda a sua capacidade de atuação no mundo (e dentro de seus ambientes profissionais). Por isso, deveria ser interesse das próprias instituições criar um ambiente que estimule as pessoas a se assumirem, isso resultaria em funcionários mais felizes, e funcionários mais felizes são profissionais mais eficientes no exercício de suas atividades.

Apontou que as pessoas transgênero, ao contrário de outras minorias, não estão nem na base da pirâmide social, estão fora dela – não são contabilizadas sequer em dados estatísticos, para que pelo menos se conheça a real condição social em que vivem.

Finalizou sua fala lembrando que o trabalho, para além de elevar a condição social de vida das pessoas, promove uma elevação espiritual do ser humano. Segundo suas palavras, “hoje eu consigo rir, ter planos, metas. Eu sei que eu posso chegar aonde eu quiser”. Ao mesmo tempo, ela não se esquece de quantos anos ela precisou viver em solidão e desamparado, até perceber isso, e do quanto a vida dela teria sido diferente, com menos traumas, se a ela fosse dada a oportunidade de perceber tudo isso antes. Novamente em suas palavras, “até onde eu já poderia ter ido, se vocês, Sociedade, como um todo, me permitissem, pois esse problema não é só meu, é de todo mundo”. Por isso, ela clama para que se olhe com seriedade para a causa trans, pois é a população que hoje sofre mais violência, inclusive dentre as minorias de gênero e orientação sexual. Pois é muito mais comum ver promotores, desembargadores LGB, mas ela não tem conhecimento de nenhuma trans que tivesse conseguido transpor essas barreiras, e chegar tão longe. Como dito por ela, “existe alguma coisa errada”. Pediu para que se proporcione, para cada vez mais pessoas, viver a transformação que ela viveu espiritual, pela qual ela vem passando diariamente. Basta que se transforme uma pessoa de cada, e assim se muda o mundo.

Retornada a palavra ao Presidente, Doutor Mário agradeceu, sob os aplausos dos demais membros da COGEN, à presença da Servidora do STJ Victória Moreno, e afirmou que a finalidade deste convite era exatamente aquilo que ela conseguiu transparecer uma sua



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -
COGEN

fala, a necessidade de se HUMANIZAR a questão da inclusão das pessoas transgênero, pois traz uma percepção muito mais verdadeira do que simplesmente ler e acompanhar estatísticas. Ter a oportunidade de escutar alguém empoderada pela inclusão, ao mesmo tempo transformada e transformadora por conta dessa experiência de acolhimento, permite à COGEN ter uma noção mais exata acerca de sua missão. Elogiou a coragem de se expor tão profundamente, pela defesa de uma causa justa.

Aberta a palavra aos demais membros da Comissão, iniciou a rodada de elogios a Doutora Laura Scalldaferri, pontuando a experiência transformadora e inesperada que foi ouvir esse relato, e importância de que ele permaneça sendo reproduzido, para que alcance seu verdadeiro potencial de transformar cada vez mais pessoas. Afirma ter hoje percebido a verdadeira importância do chamado “lugar de fala”, pois o relato pessoal transpunha para espaços por ela inimaginados as repercussões do tema da transexualidade, lugares que apenas que os viveu conhece, e é capaz de narrar. Para exemplificar a transformação por ela sofrida, fez questão de consignar ter mudado de opinião acerca do escopo da COGEN, pois não mais acredita que deva se restringir ao âmbito de atuação interna, mas também e principalmente, buscar inserir-se e atuar no âmbito externo ao PJBA.

Em seguida, Doutora Andrea Miranda fez questão de listar uma série de mensagens impactantes sobre a história de vida que ouviram, e o quanto que as ouvir, de forma tão sincera, da boca de quem viver tudo aquilo na pele, a emocionaram. Ressaltou novamente a importância de que ela não se cale, e continue corajosa, lutadora e vitoriosa.

Doutora Angélica Matos pontou o quanto que esse depoimento deixou claro, para ela, a necessidade de se proteger as pessoas, e que a COGEN nasceu para isso, para ser uma rede de proteção, de defesa e luta pela implementação de medidas afirmativas, como a que transformou a vida de Victória. Para ela ficou claro o quanto o mais básico dos direitos, o de existir, tem sido negado (contra a própria natureza das coisas, pois a existência não surge nem desaparece por decreto, é um dado da realidade, suprimível apenas à partir de muita violência) às populações LGBTQIA+.

Em resposta, Servidora do STJ Victória Moreno lembrou da importância da representatividade como exemplo que se vê vítima dessa violência existencial, pois ver pessoas transgênero em espaços sociais privilegiados (médicos, juristas, *et cetera*) dá alento e esperança para perseverar, inclusive nos estudos, pois mostra que é possível, pelo esforço pessoal de superação da dor atual, chegar lá.

Doutor Leonardo Custódio aproveitou essa fala para ressaltar a importância da atuação da atuação dos docentes, nessa rede de proteção LGBTQIA+. A omissão dos docentes ajuda na normalização do preconceito. Por isso a importância da capacitação do corpo docente, para qualificá-lo na atuação protetiva, e de criação de espaços de preservação da existência e expressão dessas populações. Outrossim, ressaltou que o movimento LGBTQIA+ deve muito às pessoas transgênero, pois se trata da parcela dessa minoria incapaz de ser esconder, até atingir suficiente maturidade para manifestar, com segurança pessoal, aquilo que ele realmente é. Ele é exposto muito antes de adquirir essa maturidade. Por isso, muitos dos direitos adquiridos por estas populações vieram a se tornar pauta pública a partir da inescapável e, ainda que involuntária, exposição das pessoas transgênero. Ponderou o quanto essa cultura de não aceitação provoca em perda de talentos necessários e úteis à sociedade. Quanta mudança e transformações positivas não



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -
COGEN**

já teriam ocorrido na nossa Sociedade, se essas perdas tivessem sido evitadas.

Por fim, a Servidora Márcia Batista falou de sua emoção ao escutar tal história de vida, com a qual se identificou em muitos aspectos, e da importância de se continuar existindo, perseverando, um degrau por vez.

Em seu agradecimento final, a Servidora do STJ Victória Moreno lembrou que aquele que se cala (seja ele um docente, um chefe de repartição, ou até mesmo a vítima da violência) escolhe um lado, e esse lado é o do opressor. A imparcialidade não existe. Lembra que, na nossa cultura atual, a vida de uma pessoa LGBTQIA+ muitas vezes vale menos do que, por exemplo, o furto de uma bicicleta. Se a vítima do furto gritar por socorro, tem muito mais chances de receber auxílio do que um gay ou travesti que peça ajuda por estar sendo violentado. Concordou que toda pessoa transgênero é uma militante, ainda que involuntária, pois sua existência é uma constante afirmação de diversidade, de aceitação daquilo que não se conforma em ser moldado à força, de fora para dentro.

Feitos os agradecimentos finais, foi dada por encerrada a 8ª Reunião Ordinária da COGEN.

